

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEZEMBRO DE 1996

**RELAÇÃO SOCIEDADE-
ESTADO NO CONTEXTO
BRASILEIRO**

**CADERNOS EBAP
Nº 83**

Rio de Janeiro - Brasil

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN
AB.F49 # /98.

passou p/ estante

AC. 48666

BB-00060751-4

ID 84684

CADERNOS E B A P

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração.

DIRETOR DA EBAP

Armando S. Moreira da Cunha

CHEFE DO CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

Fernando Guilherme Tenório

EDITORA RESPONSÁVEL

Deborah Moraes Zouain

COMITÊ EDITORIAL

Corpo docente da EBAP

EDITORAÇÃO

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA:

CADERNOS EBAP

Praia de Botafogo, 190, sala 426J

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CEP 22.253-900

Telefones: (021) 536-9145

551-8051

Prezado Leitor,

Faça já sua assinatura dos **CADERNOS EBAP** por R\$18,00 e receba, ao longo do ano, seis exemplares. Você terá, sem dúvida, a oportunidade de refletir sobre importantes temas da realidade administrativa brasileira.

A Editora

✂-----Corte aqui-----✂

<div data-bbox="575 824 755 1074" data-label="Image"></div> <p>CADERNOS EBAP</p> <p>Escola Brasileira de Administração Pública</p> <p>da Fundação Getulio Vargas</p> <p>Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa</p> <p>Praia de Botafogo, 190, Sala 426J</p> <p>Botafogo - Rio de Janeiro - RJ</p> <p>22 253 - 900</p>	<p>CADASTRO: CADERNOS EBAP</p> <p>Nome:.....</p> <p>Instituição:.....</p> <p>Endereço:.....</p> <p>Cidade:.....</p> <p>País:.....</p> <p>Código Postal:.....</p> <p>Data:...../...../.....</p> <p>Assinatura</p>
---	---

✂-----Corte aqui-----✂



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- R A P -

*ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA
PROFISSIONALISMO*

VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS
SOBRE:

- *GESTÃO INTEGRADA DE PROGRAMAS PÚBLICOS*
- *POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, SOCIAL, MEIO AMBIENTE ETC.*
- *PROCESSO DECISÓRIO*
- *GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS*
- *ESTADO EMPRESÁRIO*

*VISITE A LIVRARIA DA FGV.
DISPOMOS DE NÚMEROS AVULSOS.*

INFORMAÇÕES E ASSINATURAS

*FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*

- E B A P -

PRAIA DE BOTAFOGO, 190 - 4º ANDAR

TEL. 536-9145

551-8051

CONHEÇA MAIS UM NOVO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE — EBAP/AME

Dimensões	Disciplinas
I. Conjuntural	Conjuntura Econômica Conjuntura Político-Social
II. Gerencial Estratégica	Dinâmica das Organizações Planejamento e Estratégia Empresarial Gestão Contábil-Financeira Gestão pela Qualidade Total Negociação Gestão de Recursos Humanos Marketing Estratégico Palestras sobre Tópicos de Gestão Contemporânea
III. Informação e Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Gerência Estratégica dos Recursos de Informática Redes/Intranet Bancos de Dados
IV. Prática das Tecnologias da Informação	Aplicações de Tecnologias da Informação Internet Gerência de Sistemas

Opcional

Aplicativos integrados do Windows (Word, Excel, Access, Powerpoint)

PÚBLICO ALVO

Profissionais de diferentes áreas de especialização, dos setores público e privado, que ocupem ou desejem ocupar cargos gerenciais, criar e expandir seus negócios.

Profissionais da área de informática que prestem assessoramento às gerências.

Período de inscrição: **janeiro e fevereiro de 1997**

Início do curso: **março de 1997**

Carga horária: **400h/aula**

E-mail: **fbavma@fgvrj.br**

Procure-nos

T e l : (021)

536-9182

536-9137

536-9183

536-9119

F a x : (021)

551-4349

536-9132

Este programa também poderá ser realizado IN COMPANY

CONHEÇA MAIS UM NOVO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE — EBAP/AME

Dimensões	Disciplinas
I. Conjuntural	Conjuntura Econômica Conjuntura Político-Social
II. Gerencial Estratégica	Dinâmica das Organizações Planejamento e Estratégia Empresarial Gestão Contábil-Financeira Gestão pela Qualidade Total Negociação Gestão de Recursos Humanos Marketing Estratégico Palestras sobre Tópicos de Gestão Contemporânea
III. Informação e Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Gerência Estratégica dos Recursos de Informática Redes/Intranet Bancos de Dados
IV. Prática das Tecnologias da Informação	Aplicações de Tecnologias da Informação Internet Gerência de Sistemas

Opcional

Aplicativos integrados do Windows (*Word, Excel, Access, Powerpoint*)

PÚBLICO ALVO

Profissionais de diferentes áreas de especialização, dos setores público e privado, que ocupem ou desejem ocupar cargos gerenciais, criar e expandir seus negócios.

Profissionais da área de informática que prestem assessoramento às gerências.

Período de inscrição: **janeiro e fevereiro de 1997**

Início do curso: **março de 1997**

Carga horária: **400h/aula**

E-mail: **fbavma@fgvrj.br**

Procure-nos

T e l . : (021)

536-9182

536-9137

536-9183

536-9119

F a x : (021)

551-4349

536-9132

Este programa também poderá ser realizado IN COMPANY

CONHEÇA MAIS UM NOVO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE — EBAP/AME

Dimensões	Disciplinas
I. Conjuntural	Conjuntura Econômica Conjuntura Político-Social
II. Gerencial Estratégica	Dinâmica das Organizações Planejamento e Estratégia Empresarial Gestão Contábil-Financeira Gestão pela Qualidade Total Negociação Gestão de Recursos Humanos Marketing Estratégico Palestras sobre Tópicos de Gestão Contemporânea
III. Informação e Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Gerência Estratégica dos Recursos de Informática Redes/Intranet Bancos de Dados
IV. Prática das Tecnologias da Informação	Aplicações de Tecnologias da Informação Internet Gerência de Sistemas

Opcional

Aplicativos integrados do Windows (*Word, Excel, Access, Powerpoint*)

PÚBLICO ALVO

Profissionais de diferentes áreas de especialização, dos setores público e privado, que ocupem ou desejem ocupar cargos gerenciais, criar e expandir seus negócios.

Profissionais da área de informática que prestem assessoramento às gerências.

Período de inscrição: **janeiro e fevereiro de 1997**

Início do curso: **março de 1997**

Carga horária: **400h/aula**

E-mail: **fbavma@fgvrj.br**

Procure-nos

T e l : (021)

536-9182

536-9137

536-9183

536-9119

F a x : (021)

551-4349

536-9132

Este programa também poderá ser realizado IN COMPANY

RELAÇÃO SOCIEDADE — ESTADO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Fórum realizado pela FGV/EBAP
(Rio de Janeiro, 05 de maio de 1995)

Prof Armando Cunha: Bom dia. Gostaria de saudar a presença de todos nessa mesa redonda, no âmbito das atividades do Programa de Estudos de Gestão Social da Escola Brasileira de Administração Pública. Saúdo, especialmente, os nossos visitantes, os nossos convidados, que nos deram a honra de participar do evento, como também nossos membros da casa, alunos, ex-alunos, professores, enfim, as pessoas que estão associadas com a comunidade acadêmica da EBAP.

O Programa de Estudos de Gestão Social foi uma opção de investimento acadêmico da Escola e que reflete muitas coisas. Dentre elas, uma concepção aberta, ampla de administração pública dentro da qual a EBAP já vem trabalhando há algum tempo. O Programa reflete, também, o reconhecimento da necessidade de gerar esforços em apoio ao enorme desafio que se apresenta ao país, nesse campo que estamos amplamente designando de gestão social. Estamos convencidos de que esses esforços requerem uma dramática mobilização plurinstitucional, multidisciplinar, para que se tenha conseqüências objetivas para o desenvolvimento das políticas, dos planos das ações na área de gestão social. Temos visto, através dos tempos, que tem sido comum a utilização de idéias, conceitos, mecanismos, procedimentos, técnicas de gestão de uma forma generalizada, independentemente das políticas, da subsistência, das áreas onde esses mecanismos, essas idéias, esses procedimentos, essas técnicas são empregadas. Já tem sido bastante reconhecido que isso não é um bom caminho. Esses mecanismos de gestão, idéias, procedimentos, devem refletir a natureza da ação, o contexto específico onde são empregados. A única saída para isso é a pesquisa, a produção de novas idéias, conceitos, novos mecanismos, novos procedimentos. É

dentro desta linha que o Programa de Estudos em Gestão Social surgiu: de sistematizar, de gerar novas idéias, novos conceitos, novas soluções que tenham a ver com a natureza da gestão social. Enfim, é sob essa orientação que o programa vem evoluindo, vem-se desenvolvendo na Escola, sob a liderança do Professor Fernando Tenório, mobilizando cada vez mais os estudantes, e ampliando cada vez mais as parcerias, formando uma rede de instituições que está voltada, que tem seus interesses canalizados para esta questão. Então, a parceria entre o PEGS e o CEDAC para viabilizar esta mesa redonda expressa a convicção de que só uma ação plural, em todos os sentidos, é que vai fazer com que os resultados se traduzam em soluções que tenham impacto na sociedade brasileira, e não sirvam somente para o nosso deleite intelectual. Gostaria apenas de frisar isso, e passar a palavra ao Professor Fernando Tenório, para andamento dos trabalhos.

Professor Fernando Tenório: Obrigado. Bem, eu gostaria, antes de passar a palavra aos expositores, de fazer uma breve referência ao Programa, já iniciada pelo Professor Armando, diretor da EBAP, e em seguida dar a palavra ao presidente do CEDAC, para que ele faça uma breve exposição sobre a sua instituição.

Bem, do ponto de vista mais conceitual, gostaria de relembrar o que disse o Prof. Armando, que a intenção do Programa nasceu há cinco anos atrás, quando nós começamos a estudar a tradicional relação Estado-Sociedade de forma inversa, tentando discutir a relação Sociedade-Estado. Ou seja, como é que a cidadania poderia participar da gestão pública. Esse foi o mote, vamos dizer assim, o tema central de nossa discussão. Inclusive, isso gerou a necessidade posterior, com a qual nós já estamos tentando trabalhar, no que tange à relação tradicional capital-trabalho. Já há um grupo estudando o inverso: trabalho-capital. Estes são os segmentos que compõem a temática central do Programa de Estudos de Gestão Social, cuja sigla já está sendo consagrada como PEGS.

O PEGS já tem uma seção especial, publicada na Revista de Administração Pública - RAP, que busca a troca de informações e idéias. Recentemente, estamos desenvolvendo com a EAESP, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo

da FGV, junto ao seu Centro de Estudos do Terceiro Setor, uma pesquisa para a montagem de um banco de dados, um curso na área de cooperativismo e outro curso na área de gestão do Terceiro Setor. A EAESP já tem alguns projetos semelhantes aos nossos e a conjugação de esforços vai ser no sentido de integrar as duas atividades, tanto no Rio como em São Paulo.

Bom, como dissemos originalmente, o PEGS começou com essa intenção de fazer uma discussão da relação Estado-Sociedade de forma inversa, no sentido da Sociedade-Estado, e como caracteriza-se por ser um programa, a sua implementação é feita através de projetos. Um dos projetos é o de Gestão Comunitária. Neste projeto nossa intenção é publicar textos, seja sob a forma de livros ou não. A idéia central disso é fazer com que a tecnologia de administração, e tecnologia gerencial, que se discute na academia, seja acessível aos movimentos populares ou a situações ou contexto onde a tecnologia de administração ou gestão ainda não foi bem explorada.

O primeiro livro foi feito com o apoio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. A primeira edição, praticamente adquirida pela Igreja, esgotou. Como tivemos dificuldades em fazer a nova edição com a mesma editora, em parceria com o CEDAC começamos a discutir a possibilidade de os textos desse projeto de Gestão Comunitária passarem a fazer parte de uma coleção do CEDAC denominada *Brasil dos Trabalhadores*. Nós já conseguimos. Saiu esta semana a reedição do primeiro livro; já estão no prelo outros dois, e estamos concluindo um quarto. O segundo livro trata de administração, propriamente dita, de gestão comunitária, o terceiro trata de avaliação e o quarto trata de gestão do Terceiro Setor.

Um outro projeto que faz parte do Programa é o Projeto Caso. Nesse tipo de projeto, a nossa intenção tem sido a de identificar casos onde possamos estudar e verificar até que ponto a proposta de situações, voltadas para a gestão comunitária, têm significação do ponto de vista de uma gestão social. Já publicamos dois casos e estamos trabalhando num terceiro.

O outro tipo de projeto é o de Estudo de Políticas Sociais. A intenção é identificar algumas políticas de governo, na área social, em que possam ter uma aproximação com o tema gestão social, ou seja, onde a cidadania esteja presente na gestão dessas políticas sociais. É um outro tipo de projeto. Inclusive, nesse caso, conseguimos, aqui na Escola, criar uma disciplina voltada para essa temática, ou seja, já é um avanço, em termos da implementação do termo, do conceito aqui na Escola.

Outro projeto do Programa é o Transferência de Tecnologia Social. A intenção é fazer consultoria. Já fizemos alguns projetos ligados à Associação de Educação do Rio de Janeiro, enfim, projetos, inclusive, com associações de bairro. A ideia é justamente fazer com que a tecnologia de administração seja também colocada à disposição desses movimentos, através de projetos de consultoria.

E, finalmente, o Projeto Fórum. Este é o terceiro Fórum. O tema do primeiro fórum foi a questão da gestão social em projetos de desenvolvimento regional. A experiência trabalhada foi o Programa de Apoio à Pequena Produção Rural, conhecida como PAPP, quando convidamos o gerente do Programa em Pernambuco e discutimos aqui como se deu a participação do pequeno produtor na gestão do projeto. O segundo fórum foi feito com a USP e a Universidade de Columbia. Tentamos discutir como é que a academia participa ou tem participado, do ponto de vista metodológico, de projetos de extensão junto a movimentos comunitários. E este fórum, dada a amplitude do tema, restringiu-se a discutir a questão da saúde sanitária. O resultado foi a publicação de um texto pela Organização Panamericana de Saúde.

Nosso objetivo neste presente fórum não é fazer uma discussão de forma muito ampla, devido à questão do espaço físico, de que nós, no momento, não dispomos aqui na Fundação. Procuramos também promover a união entre alunos e ex-alunos, que vêm trabalhando em pesquisas dentro dessa temática. A intenção é fazer com que esse pessoal tenha sequência na linha de pesquisa e, ao mesmo tempo, retornem à Casa, até para poder manter uma interação maior com a mesma.

Bom, antes de passar a palavra aos expositores, gostaríamos que o CEDAC, que é o nosso parceiro nessa empreitada, se apresentasse. Porque o que é interessante nisso, como o Prof. Armando frisou, é a criação de uma rede de interesses. Esta rede, inclusive, já é objeto de uma preocupação do CLAD, uma instituição latino-americana voltada para o estudo da Administração Pública. Já tivemos encontros ibero-americanos: um na Espanha, outro na Bolívia, onde foram discutidas as possibilidades de que as escolas de administração tivessem esse tipo de preocupação. Por *n* razões a EBAP teve sorte, porque nós já vínhamos discutindo isso. E quando apresentamos a nossa temática, inclusive, a metodologia de pesquisa que temos utilizado para elaborar os textos, ela foi até objeto, está sendo objeto, melhor dizendo, de uso na Universidade de Córdoba, na área de gestão, porque identificaram uma forma de fazer pesquisa não muito cara e com resultados.

Não podemos esquecer de dizer que temos uma parceria muito boa também com o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social - CERIS. Chegamos a fazer uma pesquisa, o ano passado, da qual resultou o texto *A Realidade Urbana no Brasil - Dossiê Cidadania e Poder Local*, que vai ser publicado sob a forma de livro. Passamos a palavra ao presidente do CEDAC. Em seguida, vou apresentar os expositores e começaremos o fórum propriamente dito. Obrigado.

Dr. MESSIAS : O CEDAC é uma representação não-governamental, com sede no bairro da Glória, portanto, vizinha da Fundação Getúlio Vargas. Já está caminhando para 15 anos de existência. Uma entidade que surgiu em função de um período da história do país: o CEDAC praticamente foi pensado, nos seus objetivos, nas suas finalidades, por alguns exilados políticos, em função do regime político do país, e foi pensado para ser uma organização dos trabalhadores, a serviço dos trabalhadores. A sua composição, até hoje, tem essa característica. O CEDAC, então, num dado momento, em 80, 81, começou a fazer diversos trabalhos na linha da formação para os trabalhadores. Naquela época, uma grande força no campo operário, no campo popular, digamos assim, era a constituição das oposições sindicais, numa frente ao sindicalismo pelego. O CEDAC teve oportunidade de ser uma das entidades que contribuíram, a nível nacional, para o fomento, ou melhor dizendo, para o

ressurgimento do sindicalismo combativo no nosso país. A gente conseguiu com isso, num primeiro momento, uma dimensão quase que nacional. Em diversos estados o CEDAC tinha sócios, como tem até hoje, que desenvolviam trabalhos de formação, em suas regiões, junto a comunidades, a trabalhadores de um modo geral. Mas, de lá para cá, o CEDAC veio ganhando uma característica mais ligada ao Estado do Rio de Janeiro. Então, hoje, o CEDAC tem uma atuação quase que exclusiva no Rio de Janeiro, não na cidade do Rio apenas, mas também em Itaguaí, Angra dos Reis, Baixada Fluminense, Campos, Barra Mansa, Volta Redonda, Rezende, Friburgo, Itatiaia. A entidade hoje tem cinco programas e diversos projetos relacionados com eles. Os programas estão ligados à questão do Trabalho e Cidadania, da Educação e Cidadania, da Mulher e Cidadania, das políticas sociais ou políticas públicas. Tem um outro programa, ainda incipiente, que é de formação global, voltado não apenas para os sócios do CEDAC do Estado do Rio de Janeiro, mas também para parceiros, entidades parceiras, com as quais nós convivemos em diversos momentos. Então, hoje, a estrutura do CEDAC é uma estrutura pequena, do ponto de vista de uma ONG, mas tem um corpo de técnicos que tentam dar cabo dessas atribuições diversas. E a nossa relação com a Fundação Getúlio Vargas, embora somente ontem eu tenha conhecido o Professor Tenório, representa uma preocupação antiga do CEDAC na questão da gestão, e nós tivemos a oportunidade de ter a assessoria, o acompanhamento e até a realização de curso da Fundação, especificamente, da Administração, daqui, com o CEDAC. O Prof. Tenório e outros técnicos estiveram presentes no CEDAC e foi desenvolvido um trabalho na linha do planejamento estratégico, na linha da gestão. E esta palavra, particularmente, tem uma importância grande para o CEDAC, a questão da gestão social. Hoje, quando ouço falar em gestão social, lembro-me muito de um outro paradigma, para nós muito caro, muito importante, que é a autogestão. O CEDAC sempre teve na sua razão de ser, digamos assim, essa preocupação com a autogestão. Acho que, hoje, a afirmação ou a utilização da expressão gestão social talvez seja até mais adequada, seja até mais atualizada, além do mais, a meu ver, quer dizer praticamente a mesma coisa - a autogestão com a gestão social. Então, esta é uma discussão que para nós é muito importante, na medida em que hoje incorporamos, além da preocupação com a formação político-social e a formação para a cidadania, a discussão com a gestão, com o planejamento. Colocamos

nossa preocupação e os nossos serviços para parceiros do movimento popular, do movimento sindical, de diversas organizações populares que resistem, ainda, num trabalho direto com os trabalhadores.

Rapidamente, seria uma apresentação breve do CEDAC. E fica aqui o convite para as pessoas que quiserem conhecer melhor o CEDAC, ver mais de perto, na Rua da Glória, 108. Além das publicações que vão sair pela Fundação Getúlio Vargas, nessa parceria, o CEDAC tem diversas outras publicações, inclusive uma revista, que passam um pouco essas nossas preocupações e os nossos trabalhos.

Professor Fernando Tenório: Obrigado. Passamos a palavra aos expositores e, antecipadamente, agradecemos a presença do Professor Dreifuss, da Universidade Federal Fluminense, e a professora Sônia Fleury, da EBAP. Lamentamos a ausência de Jorge Durão, da FASE, que teve um problema sério pessoal e não pode comparecer. É importante frisar que a FASE colaborou conosco na confecção do segundo texto sobre gestão comunitária.

Professor Rencé Dreifuss: Muito bom dia a todos. Convidado a fazer parte deste painel para debater uma série de questões relacionadas com a convergência, dicotomia ou contraposição Estado-Sociedade, tenho, na realidade, mais perguntas do que opiniões e conclusões, embora saiba que isto não seja muito popular. Afinal de contas, como nos lembra Karl Deutsch, "as pessoas desejam uma harmonia cognitiva, a fim de que seu mundo tenha sentido e venha a constituir um todo compreensível e controlável, ou pelo menos, tolerável. Na busca dessa *harmonia cognitiva* suprimem ou rejeitam informações que não se enquadrem na imagem que fazem do mundo, ou então, buscam, consciente ou inconscientemente, algum tipo de imagem simplista do mundo, que lhes parecerá clara, inteligível e coerente, e que as livrará de sentimentos de desorientação, frustração, alienação e ansiedade"¹. Em sã consciência, acho que poucos seriam aqueles em condições de ser assertivos e afirmativos em relação às

¹ "Uma ideologia é exatamente essa imagem do mundo - ou um conjunto dessas imagens - que reduz a inquietante e quase sempre dolorosa dissonância cognitiva das pessoas que as criam. Todos temos em nossas mentes esses quadros simplistas e provavelmente irreais do mundo". Deutsch, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília, UNB, s.d..

questões em pauta. Do meu lado, gostaria de compartilhar algumas das indagações com as quais estou me defrontando no cotidiano de pesquisa e reflexão.

E quais seriam essas questões? Pensando em voz alta: nessa caixinha mágica chamada Estado-Sociedade há possibilidades de uma representação real? Há dificuldades, disso sabemos. Mas, decorrem do tipo de processo de decisão no qual estamos envolvidos e do qual somos objeto? Trata-se da escala da decisão e dos temas que se apresentam? É uma questão de forma, ou de mecanismos de representação? Ou será que a representação, enquanto tal, inviável? Essas perguntas estão no corriqueiro do dia-a-dia, implícitas na relação entre o trocador do ônibus e o passageiro, entre o dono da quitanda e quem vai comprar alface, entre o morador da cidade e o funcionário da prefeitura, entre o eleitor e o vereador. Mas também fazem parte de uma preocupação acadêmica, e não somente no Brasil. São parte de preocupações políticas e existenciais em nações onde se vivência a coetânea realização e evidência dos limites dos Estados, enquanto formatos diversificados e cognatos de organização do poder e racionalização institucional, marcados pela entrada na era digital.

São questões difíceis para quem vive em democracias consolidadas (lembrando que na abrumadora maioria destas o regime não tem mais de 50 anos consecutivos de existência). Assim como são difíceis para os que vivem nas tênues e frágeis democracias representativas mecânicas, onde ficam em evidência as inadequações dos diversos recursos de agregação e representação (política, étnica, cultural, religiosa) e as limitações dos governos, seja qual for o nível e âmbito.

Mas se tornam questões dramáticas em países que ainda não chegaram a viver alguma experiência representativa, nem estabeleceram estruturas e práticas afins ao longo de sua história. É assim na colossal sociedade chinesa, com suas impressionantes diferenciações étnicas, sociais e culturais, onde a pergunta-chave (supondo que exista hoje o desejo e a vontade) seria: como representar um bilhão de potenciais eleitores, e como organizar uma polity e criar uma sociedade civil dessa escala, sem que sejam reduzidas ao absurdo pelo clientelismo e pelo guanxi; pelo burocratismo e autoritarismo civil, ou pelo arbítrio policial e pela imposição militar? Como afirmar

individualidade e identidade na riqueza da diversidade chinesa, desconhecida até para seus próprios componentes, sem criar simulacros de democracia, cidadania, e representação, e sem submissões e cerceamentos de particularidades e singularidades culturais? E como incorporar, ao mundo da representação e da cidadania, outras 450 milhões de pessoas no sudeste asiático; 300 milhões no mundo árabe, e 650 milhões de africanos? Ou como dinamizar e modernizar a representação de centenas de milhões na Índia, desfazendo-se das atuais camisas-de-força político-culturais, enquanto se busca a inclusão de outros tantos excluídos?

E, no momento em que nos perguntamos sobre as relações entre Estado e Sociedade (e da possibilidade de uma representação real), onde é que ficam sindicatos, partidos e outras diversas instâncias de mediação e intermediação, de construção de agenda, e de apresentação de demandas (não simplesmente de representação teatral das demandas), de governo, e de administração? Devem ser considerados como fenômenos datados, produtos de um momento de história - e de realização plena no século XX - que já se esgota, junto com a chegada do mítico 2001? Um século reconhecível e pautado pela existência, entre outras coisas, de cinema, telefone, *jeans*, carros, televisão, tênis, rádio, jornais de massa, partidos, sindicatos etc.

Às vésperas de um novo milênio e, talvez, no limiar de uma nova percepção de realidades (algumas das atuais mudaram sem que nos apercebessemos de seu ato e processo de mudança), parcelas de humanidade pensam transformação. E se pensam “em-gestação”, capazes que são de visualizar-se no ato de mudar, assim como uma Matsushita se pensa a si própria tendo como referência um período de tempo de dois séculos e meio, em ciclos de 25 anos. Pela primeira vez, a humanidade é capaz de pensar-se a si mesma no próprio ato de fazer-se-em-interação (e ciente da existência) de todas as suas partes, capaz de visualizar o futuro. Humanidade projetata e prospectiva, que se (re)pensa, refazendo-se, embora contenha enormes espaços humanos totalmente dissociados desse processo.

Vivemos hoje numa realidade que contrapõe todas as surpresas da circulação e do movimento, introduzindo corporações e guichês virtuais no mundo da produção e do

atendimento. Indústrias são (des)montáveis como shows, provedoras de serviços são (des)montáveis como circos. Mudanças que atingem também a gestão: a empresa japonesa Nomura pretende que seu próximo quartel-general seja não localizado: nem num prédio, e nem mesmo na terra, a sua próxima sede é num satélite. O “outsourcing” é norma, fazendo das indústrias verdadeiros parques montadores da produção terceirizada e quarteirizada. Tele-trabalho, robotização produtiva, e “office-robbers” (ao invés de “office-boys”) vão se impondo, enquanto a interação humana no processo de trabalho se torna esporádica e circunstancial, e pulveriza-se o convívio.

Mesmo não esquecendo que o planeta comporta a terceirização selvagem - seis milhões de crianças, menores de 14 anos, trabalham até 12 horas por dia, no Paquistão, em indústrias que requerem dedos finos e ágeis, boa visão, e corpo acanhado, produzindo bens de consumo, comercializados a preço de banana por grandes corporações, ditas modernas, estamos enfatizando um conjunto de mudanças seminais. Estas têm a ver também com a possibilidade de repensar esse estreito casulo chamado Estado: estreito, inadequado e insuficiente. Um “estado residual”, o que não significa que seja “decadente”, ou que esteja “em declínio” (já que a sua ‘insuficiência’ pertence a outra esfera de questões), embora mostrando suas perdas sensíveis, uma vez que, lembrando Raymond Aron, em Paz e Guerra entre as Nações, hoje, mais do que nunca, “um Estado tem poucas possibilidades de manter a soberania sobre uma população numerosa se não é capaz de assumir a responsabilidade pelos investimentos necessários à elevação do nível de vida do país”.

Convivemos com diversas simultaneidades: do estatal e do não-estatal; do mercado - que não é auto-organizante de forma espontânea, mas é essencialmente institucional e costumeiro - e do governo; do fronteiriço e do transnacional; do comunitário e do particular, do privado e do público; do físico e do virtual. Novas realidades, portanto, que realçam velhas questões. Pergunta-se o que seja ‘bem comum’ (ou ‘da maioria’, ou ‘de todos’), e como alcançá-lo, mas tendo que considerar os diversos padrões e referências de satisfação individual. Ou, como fazer para maximizar e preservar a liberdade perante a autoridade, a regulamentação, e o controle? Como assegurar o ato

autoritativo, sem ofender a iniciativa do indivíduo? Como lidar com os mecanismos e práticas de exclusão embutidos nas instituições e nas mentalidades, e como incrementar os recursos de inclusão? E como compartilhar de bens societários - sem esquecer que há necessidade de designarmos previamente, pois somente ao consensualizar a sociedade a respeito de quais seriam, haverá possibilidade de apropriar-se deles, efetivamente -, de forma legítima e legal?

Lidamos com questões complexas, que têm a ver com territorialidade, desterritorialização e multiterritorialização com plurisocietalização em território único, e com trans-societalização e macrosociedades transfronteiras. E, além das disjunções entre o nacional e o internacional, entre o territorial e o intangível, experimentamos os efeitos dos novos locais e focos de poder político, e dos desdobramentos e conseqüências das dinâmicas transnacionais. Assim como vivenciamos sistemas de administração (produtiva, política, societária) que funcionam 24 horas por dia, 365 dias por ano, e que não são 'Estado', embora façam parte do âmbito da gestão e normatização geral, contribuindo para resignificar o que seja 'público' e 'privado'.

Ao mesmo tempo se concretizam novas tecnologias de info-comunicação, que viabilizam poderes imateriais e desterritorializados, e dimensionam novas referências e formas do que seja "particular" e 'geral' na era digital. Em menos de uma década, passou-se de quatro milhões a mais de 150 milhões de microcomputadores pessoais em funcionamento. Para muitos, pode ser uma cifra ínfima, que não nos daria direito a pensar de que o perfil (nem o feitiço) da Terra seja de um planeta 'tele-computrônico'. No entanto, após um século de telefonia, estamos acostumados a pensar num 'mundo telefônico', embora haja somente 640 milhões de aparelhos para 6 bilhões de pessoas. E pensamos num século de radiocomunicação e de cidadãos sujeitos ao rádio, ou de cidadania construída em torno dele, como primeiro instrumento que permite a contemporaneidade. Mas no início dos anos 60 (período auge do rádio), para uma população de 3 bilhões de pessoas na Terra, não havia mais de 600 milhões de possuidores de aparelhos no 'mundo radiofônico'.

Em questão, os limites que o Estado atual apresenta. Assim como no ocidente da Europa, a cidade (e, em seu momento, o feudo, a vila, o lugarejo) já apresentara seus limites perante as novas forças sócio-político-culturais e as estruturas econômicas em gestação há cinco séculos atrás, sendo subsumida em “movimentos” mais amplos, regionais e nacionais. Cidades que foram descaracterizadas no que tinham de ‘entidades’ auto-contidas e autárquicas autônomas e livres, até preservando, no entanto, algumas marcas próprias. E, certamente, criando novas realidades, sublinhadas, hoje, por prefeituras cujo poder econômico e capacidade decisória é maior que a de 70% dos países no planeta.

Num outro patamar (ou, numa outra dimensão) vivemos mais algumas perplexidades. Os temas e os focos da política mudaram. Pelo planeta afora, e pela primeira vez, não se vive nem experimenta a politização (e questionamento) de relações de propriedade, pelo menos da propriedade física, já que os ‘bens imateriais’ e os ‘trunfos intangíveis’ não foram apreendidos, ainda, na sua estonteante significação, nem operacionalizados na visão de estrutura e processo, ou na análise e planejamento da ação. Também não se politizam as relações de dominação, embora se questionem, fragmentadamente, diversas estruturas, sistemas e vivências, enquanto são focalizadas, de forma crescente e exacerbada, difíceis questões étnicas e raciais, entremeadas, às vezes, com questões sociais. E assim como a política que resta não é dominada pelas grandes questões, a *high tech* (e menos ainda, a *hyper tech*), que permeia os domínios da produção, da gestão, da organização social, e da cultura, não foi incorporada ao raciocínio político.

Não há ‘Grande Política’, nem mesmo disfarçado como ‘estratégia’, um termo migrante do âmbito militar para o âmbito empresarial, político, social, acadêmico, e assim por diante. Também não há mais uma ‘Grande Questão’, ou a *Zeitfrage*, embora se configure um esboço em torno do sentido de vida *Lebensanschauung*, ao invés de *Weltanschauung*, que, por sua vez, redesenha interrogantes a respeito da ‘essencialidade da humanidade’ e da natureza do ser humano. *Zeitzeichen* da Era da Perplexidade, na qual o ser humano, para existir, continua tendo que alugar ou vender sua capacidade física e mental - seus minutos, horas, dias, meses, e anos de vida -, entregando seu tempo e sentido vital a outros numa boa parte do seu cotidiano; e

subordinando sua vitalidade ao cumprimento e execução de ações, tarefas, metas, e objetivos, definidos à sua revelia, ou externos ao seu ser.

Vivemos ou testemunhamos um outro processo nestas sociedades complexas e intensamente diferenciadas. A implosão dos interesses econômicos gerais. Não só é difícil visualizar interesses, mas a fragmentação dos 'pontos' de referência, desejo, e necessidade, é intensa. Assim, é difícil organizar a diversidade, e a multiplicidade de diversidades (pelo menos nos formatos políticos até agora considerados); e, portanto, visualizar a representação dessa multiplicidade). Significativa também é a implosão dos subsistemas culturais, tanto dos imediatos quanto daqueles articulados à distância. Vive-se a pulverização e multiplicação de temas e de atividades; implosão das óbvias divisões (setoriais, segmentais, ideológicas) e certezas (de conhecimentos e crenças) dos últimos 150 anos, com as quais aprendemos a conviver; assim como são diluídas as lembranças dos significados dos horrores de um século de trevas. Memórias apagadas crescendo no interior dessas tramas, junto à (re)apreciação de mentalidades diferentes. E novas 'formas-conteúdo' de organização e articulação à distância (e da vontade de fazê-lo) de interesses e de expectativas de pessoas substituindo aquele formato que se chamou de 'classe' social, e que marcou 200 anos de vida societária em diversos espaços do planeta existindo em emergentes 'arquipélagos societários'. Classes sociais que, quando finalmente passaram a ter os recursos tecnológicos para realmente organizar-se e articular-se à distância, já não se encontravam mais como sujeitos de história em construção, de 'história vindoura', mas pobre explicação de história vivida.

E, no lugar das classes sociais e das práticas comunitárias convencionais, enquanto formas de estruturação e de existência (mesmo entremeados com outras formações sócio-culturais e econômico-políticas), as coalizões circunstanciais de interesses, as 'manchas sociais' que se manifestam - especialmente - em 'marchas' pontuais e em ocupações, os alinhamentos por demandas tópicas e parciais, as 'séries'. Emergência e afirmação de novas (e 'diferentes-outras') identidades, aglutinações, e lealdades, que estipulam uma abrangente redistribuição de atitudes e de múltiplas e multidimensionais expectativas de recompensas. E, muito mais do que pensamentos

'revolucionários', encontramos raciocínios pós-paradigmáticos e pré-conceituais (tanto 'fósseis', quanto 'irrupções' criativas), uma vez que começamos a lidar com mutações civilizatórias. Por mais que sejamos capazes de reconhecer no cotidiano as familiaridades de ontem e de hoje, o grande desafio é discernir o que está sendo gestado no interior dos opacos casulos macro-societários e das pouco transparentes micro-dinâmicas existenciais e vivenciais.

Nascidos no interior de alguma sociedade de massa, tal qual entronizada neste século - tanto através da individualidade subjetiva das diferentes democracias industriais, quanto dos diversos coletivismos despersonalizados - aprendemos a conviver com a sociedade dos 'consumidores de cidadania', seja no conformismo, na apatia, no pretenso questionamento, ou na parcelada revolta. Passamos a reclamar uma 'idéia' e uma prática de cidadão 'fora de tempo e lugar', a cidadania enquanto outorga da cidade (e do Estado) e a incorporação do universo humano às práticas e normas desse espaço e âmbito. Afinal, Atenas, no seu auge, como grande empório do mundo antigo, e potência política e militar no cenário do Mediterrâneo e Ásia Menor, tinha entre 20 e 30 mil habitantes menos do que alguns quarteirões de Copacabana - e a mesma população de Londres à época da consolidação do seu excludente Parlamento, quando começavam a ser sistematizadas (entre, e sobre, um número reduzido de pessoas) a noção e a fala de cidadania e de sociedade civil. Hoje, quando um mero bairro do Rio de Janeiro (ou uma favela, constituída e consolidada na contiguidade e contraposição dos espaços de asfalto da cidade) contém 'os números' e supera 'as densidades' de uma Londres, uma Paris, uma Veneza, ou uma Gênova de cinco séculos atrás, a 'incorporação' da sua população a uma pretensa 'sociedade civil' ou 'cidadania' (nos termos em que tem sido enunciada) é uma proposição desafiadora do possível.

O próprio termo 'sociedade civil' varou as últimas décadas deste século, embora pouco tenha a ver hoje com o que originalmente designava, ou no que foi se transformando ao longo dos séculos, enquanto a noção 'viajava' da Europa para os demais continentes, e o fenômeno 'acontecía' de formas várias em diversos espaços do planeta. O que também vale para as noções de 'Nação' ou de 'Estado', fixas numa determinada visão de território, militarmente determinado e politicamente delimitado por seus 'ocupantes-

em-sociedade', e justificados por 'razões de história'. Mas 'Sociedade', 'Nação', e 'Estado' são também fenômenos "mutuamente implicados", e, nessa condição, foram sendo estruturados e configurados ao longo de séculos de produção e vivência. Não só pelas bordas, e através das fronteiras, mas por dentro de suas próprias realidades é que se moldaram e expressaram convivências e confrontos de identidades culturais, étnicas, sociais e religiosas, marcando comportamentos individuais.

E é no interior das sociedades estabelecidas, junto aos consumidores de cidadania (e aos desprovidos dela), que emergem articulações de 'co-gestores comunitários', que não toleram estados centralizados, assim como não adjudicam legitimidade àqueles que supostamente os representam. São 'fragmentos societários' que não se reconhecem no processo de representação, nem nos falíveis mecanismos ou indivíduos que compõem as instâncias de agregação de demandas. Questionam a figura pública 'profissional' como viável 'entidade', 'recurso', ou 'veículo', de vinculação e de comunicação entre Estado e Sociedade, e configuram 'espaços societários ativos'. Recusa fundada tanto no conhecimento de causa e cientes da sua individualidade, quanto na saturação de paciência, frente à inconstância, intolerância e cupidez do profissional da política e do burocrata de plantão. Articulados à distância, e potencializadas pelos recursos da tele-infocomputrônica, estes 'gestores podem vir a constituir societarias' emergentes no seu próprio espaço nacional-societário. Mas, à diferença de outros 'coletivos' ou agrupamentos sociais, estas 'societarias' podem existir de forma territorializada no interior de Estados, ou 'atravessar' fronteiras, acompanhando a emergência de macrosociedades transnacionais, e, ainda, estabelecendo elos virtuais através de diferentes sociedades convencionais.

Finalmente, estas mutações marcam a necessidade de discernir os limites da Economia e da Ciência Política (ou, talvez, permitam encontrar os recursos necessários para tirar a poeira dessas 'disciplinas'), uma vez que não há mais oicos, nem *nomos* (daqueles que sentavam à mesa no âmbito doméstico), ou, mesmo, politéia. A 'oicosnomia' e a ciência da Polis fazem parte de um roteiro (que chega até a formação do Estado nacional e sociedades-mercado de território militarmente assegurado e politicamente sancionado) muito aquém das entrelaçadas dinâmicas de mundialização de usos e

costumes, de globalização tecno-produtiva e comercial, e de planetarização o política e estratégica. E não conseguem apreender as diferenças e o diferente - as afirmações de particularismos e singularidades culturais, étnicas e existenciais, mesmo que entremeados com o trifacético processo de transnacionalização - a não ser como 'contraponto', resíduo, ou lealdade e articulação circunstancial e esporádica, e, portanto, sempre na sua exterioridade e externalidade; nem se atrevem a pensar o impensável: o sentido do modo de viver.

Muitas perguntas, que não se esgotam com a busca de métodos e práticas de gestão adequadas às novas realidades societárias, capazes de aproximar a visão democrática para o concreto societário. Afinal, como nos lembra Vaclav Havel: "estamos procurando por uma saída objetiva da crise de objetivismo ... devemos nos esforçar mais para entender do que para explicar. Perguntas que, certamente, exigem muito diálogo, muita reflexão, muito pé no chão e olhar nas estrelas, porque o que se apresenta no cotidiano, quando a gente abre uma página de jornal ou visualiza a foto central e vê uma drag queen beijando os pés do Renato, sob o subtítulo de uma manchete de '468 a 8', como resultado de pretensão 'jogo' sobre itens da reforma constitucional, dá, em certa medida, a dimensão do absurdo e dos desafios que temos pela frente. Obrigado.

Professor Fernando Tenório: Bem, o professor Dreifuss foi pontual. Realmente, os 25 minutos foram britânicos, se é que existe essa possibilidade. Passamos a palavra à Profª Sônia Fleury.

Profª Sônia Fleury : Bom, eu queria agradecer a possibilidade de conversar com esse grupo da Escola, tão dinâmico, que tem trazido uma contribuição tão importante para a administração pública aqui dentro e fora da instituição, e dizer do meu incômodo de me sentir realmente fora do meu métier, enfim. Por duas razões: uma delas é porque fiquei um pouco desorientada em relação a qual deveria ser minha contribuição aqui. Em parte, porque este evento estava associado a uma discussão que houve ontem, eu não sabia se era para discutir o trabalho de ontem ou não, já que foi me solicitado que fizesse uma abordagem mais teórica. A outra razão decorre da fala do Dreifuss. Aí

em me senti inteiramente incomodada, porque me senti um desses fósseis da arqueologia que ele propôs: que aliás o Foucault já fazia arqueologia há algumas décadas atrás desses nossos saberes. É como se ele falasse desde o século XXI e eu vou falar, certamente, desde o século XIX. Porque, para mim, esse mesmo jornal que tem a drag queen beijando o Renato, tem inúmeras páginas sobre a luta dos traficantes no Morro dos Prazeres, e várias outras informações que não me remetem ao mundo telemático. Eu vou falar de coisas do século XIX: classe social, cidadania, pobreza, miséria e desemprego. É só virar o jornal e ler com um outro olhar. Eu concordo com a idéia de que as formas estão mudando profundamente, mas teria muita dúvida se os conteúdos estão mudando. Vou abordar então os aspectos teórico-conceituais acerca da relação Sociedade/Estado.

Essa idéia de separação entre uma esfera do político e uma esfera da economia, ou seja, uma comunidade que se diferencia em duas esferas, uma esfera das relações econômicas e uma esfera das relações políticas, ou seja, a separação entre Estado e sociedade, inaugurada com a sociedade de mercado, ao mesmo tempo em que ela se inaugura, ela se contradiz na medida em que a legitimidade do exercício do poder coercitivo, quer dizer, no caso da esfera do político, a coerção política, só se legitima a partir da recriação de mediações entre aquilo que foi separado entre a sociedade e o próprio Estado. Então, dentre essas mediações importa, fundamentalmente, a cidadania e a representação. É isso que vai dar legitimidade ao exercício coercitivo, ou seja, o Estado só vai poder dizer que tenho que pagar tanto de imposto de renda, que é uma coerção em cima do indivíduo no mercado, que é livre e soberano no mercado, se ele está respaldado através de algumas mediações que são construídas, se ele não está separado dessa sociedade. Ou seja, é quando ele vai falar que está respeitando a cidadania, propiciando a sua melhoria; ele tem a representatividade, que vai ter legitimidade para o exercício do poder. Então, aí aparece a manifestação originária, ao nível mais abstrato, da própria contradição que essa separação e, depois, a reconstrução da mediação implicam. Ou seja, a idéia da política social que é o tema dessa mesa, que é nosso objeto do trabalho, é a política social, é a própria expressão desse núcleo contraditório entre as relações da sociedade fundada em um mercado, na liberdade, e a existência de um poder coercitivo que a organiza. Veja só, o nome

política social implica idéia de uma contradição, é a negação dessa separação entre Estado e sociedade, na medida em que ela não dá conta disso. Então, ele já refaz a idéia da mediação, reintroduz a idéia da mediação e da impossibilidade virtual dessa separação. Isto é para colocar a questão de um ponto de vista estrutural e da necessidade dessas mediações existirem.

O outro ponto que eu queria chamar a atenção é que toda essa onda liberal, nos últimos anos, recolocou a discussão de uma forma muito equivocada: a idéia de mais sociedade, menos Estado. Ou seja, essa noção que implica soma zero e que é absolutamente equivocada. Se você analisar padrões históricos de desenvolvimento, que são paradigmáticos, você vai ver que em nenhum deles se prescindiu do Estado. Nós podíamos identificar quatro modelos de industrialização e desenvolvimento para analisar a relação Estado-Sociedade. Você teria o modelo liberal burguês, identificado com a revolução inglesa e tudo mais, você teria o segundo modelo, que aparece identificado paradigmaticamente, com o caso da Alemanha, enfim, a modernização pelo alto, a modernização conservadora, ou seja, a via autoritária, como queiram chamar os autores; um terceiro, que nós podemos identificar como sendo o tipo de industrialização por substituição de importações, no caso da América Latina, os países da América Latina e sua forma de relação Estado-Sociedade no processo de industrialização, e, posteriormente, os tigres asiáticos. Então, nós temos quatro modelos paradigmáticos de desenvolvimento econômico e social, nos quais essa relação Estado-Sociedade se coloca de forma diferenciada em cada um deles. O importante a assinalar é o seguinte: em nenhum deles se prescindiu do Estado. Não há soma zero. Os estudos são absolutamente claros em mostrar que a própria construção e a viabilidade do mercado dependem da existência do Estado; uma é contraface da outra, então, não há essa possibilidade de mais isso menos aquilo. Evidentemente, esses modelos de relação Estado-Sociedade foram extraídos a partir de processos de industrialização, do processo econômico, mas vários autores têm procurado mostrar que a eles correspondem formas distintas de incorporação das demandas sociais. Eu tenho trabalhado sobre isso e mostro como foi a construção da cidadania no modelo liberal burguês e no modelo alemão e nos modelos latino-americanos. Eu não conheço estudos sobre a questão da incorporação das demandas sociais nos países asiáticos de

desenvolvimento mais recente, mas suponho que se a hipótese básica, com a qual nós temos trabalhado para identificar padrões de incorporação de demandas sociais que correspondem a esses modelos paradigmáticos de desenvolvimento, é verdadeira, também nesse novo paradigma, que é emergente nas últimas duas décadas, deveria existir um padrão distinto de incorporação das demandas sociais.

Bom, colocada a questão Estado-Sociedade, o outro ponto que eu queria chamar a atenção é sobre a esfera pública. Os trabalhos sobre essa noção do espaço público, especialmente o trabalho do Habermans, parecem ser os mais interessantes em mostrar o que ele chama de mudanças estruturais na esfera pública. Essa questão de onde localizar o público, sua necessidade de inserir essa esfera na relação Estado-Sociedade, é colocada desde a teoria clássica, desde a Vontade Geral de Rousseau, e vai se materializar em formatos distintos, que são históricos. O importante, eu acho, da contribuição do Habermans é mostrar o deslocamento que se opera nessa esfera pública, que ele identifica desde a formação desse público a partir do público que se reúne nos cafés para discutir as questões coletivas como uma forma de controle do Estado, até em uma outra etapa, o público como a própria ação estatal, e depois ele identifica, acho que com menos rigor, talvez, um deslocamento no sentido de opinião pública, que já é alguma coisa que tem a ver com os próprios meios de comunicação de massa. Então, acho impotente reter essa idéia do Habermans de que a esfera pública se desloca. Não é que ela tenha se deslocado agora, ela sempre se deslocou. Talvez a gente esteja assistindo e podendo refletir sobre o deslocamento atual da esfera pública. O que é que está ocorrendo nesse sentido. Em um dado momento parecia que havia uma clara diferenciação, mais ideológica do que rigorosa, supunha-se que o Estado e a Sociedade se diferenciavam e que Estado e Público se unificassem da mesma forma que sociedade e mercado. De tal forma que eu poderia dizer, por exemplo, que as diferenças entre Estado e mercado se colocariam, por exemplo, em relação à missão de cada um deles: se a missão do Estado seria o bem público, a do mercado seria o lucro; as fontes de financiamento do Estado seriam os impostos, do mercado seria o próprio consumo; os princípios de organização do Estado, o monopólio, o princípio de organização do mercado, a competição; a gestão estatal busca evitar o erro enquanto o princípio gestor no mercado seria o sucesso.

Mas esses modelos de ação que diferenciam Estado e sociedade hoje estão implodindo. Você não pode mais dizer que a missão do Estado não seja ter lucro, quando você pensa numa empresa estatal, que tem que ser produtiva, que seja apenas o bem público ou que o princípio de organização do mercado não seja monopólico, seja competitivo. Ou seja, a evolução do próprio desenvolvimento da sociedade mostrou que essas separações serviram muito mais como princípios normativos do que uma adequação à realidade que se transformou em detrimento dessa apologia. Então, o que nós assistimos nos últimos anos é uma mudança profunda nessa relação Estado-Sociedade, que se concretiza, pelo lado do mercado, em todo esse processo de globalização da economia. Pelo lado do Estado, já na década de 70 se escrevia sobre a crise do Estado, sobre sua ilegitimidade de normalização administrativa.

Há um fenômeno que nos interessa particularmente aqui: a questão da cidadania. A cidadania, que era uma mediação teórica, política e social, passa a se corporificar. A cidadania passa a ter um corpo material, por exemplo, na legislação. E depois há toda uma discussão hoje sobre a jurisdição da política, que tem a ver com essa materialidade jurídica dos conjuntos de direitos civis, políticos e sociais. Outra forma de institucionalização foi a criação dos próprios sistemas de Welfare State, que são formas também nas quais a cidadania se materializa em um aparato de política pública. E mais recentemente, a materialização da cidadania se dá através de um conjunto de instituições, aí já não mais no Estado - na lei ou na administração - mas na sociedade, que tentam materializar societariamente a cidadania. Seriam as organizações não-governamentais. Essa construção da cidadania, que era uma construção conceitual importante, passa a ter, ao longo dos anos, uma materialidade institucional. Se antes ela estava ligada ao Estado, hoje ela tem uma materialização também da cidadania - na esfera da sociedade também. Esse chamado terceiro setor é uma forma de materializar a cidadania. Eu vou retomar a questão da esfera pública. O deslocamento da esfera pública aponta para onde? Eu acho que é difícil se colocar nessa discussão, se nós não temos critérios para discutir o que é público. A minha preocupação é estabelecimento de critérios. Para mim há alguns critérios que diferenciariam o público do não público, para não cair na discussão acerca de o público é estatal ou se é privado, o que seja. Público deveria, para mim, cumprir quatro

critérios que gostaria de discutir com vocês aqui. Um é a indivisibilidade do bem público. No sentido de que um bem público não pode ter uma apropriação privada de uns, em detrimento de outros, ou seja, um bem público tem que estar acessível a todos que dele necessitam, sendo, nesse sentido, um bem indivisível. Segundo critério é que o público tem que ser submetido a um controle democrático. O terceiro critério para a definição da esfera pública, da questão pública, para mim seria a promoção da equidade; o Estado, a ONG, o que seja, eles só se justificam enquanto esfera pública no momento em que estão voltados para a promoção da equidade. E o último critério, que hoje em dia se fala muito, é a questão de atribuição de poder a atores na sociedade, empowerment, e que também faria parte da dimensão pública. O que me pergunto é quem representa, no momento atual, essa função de dimensão pública. Eu posso dizer que hoje ela não seja absolutamente estatal. O Estado, em muitos momentos, não tem atendido a esses critérios. Mas posso me perguntar também se as organizações não-governamentais atendem a esses critérios, por exemplo, quanto ao controle democrático ou à indivisibilidade do bem público. Então, há implosão dessa relação: eis o surgimento de outras materialidades que fundamentam a própria cidadania; no entanto, teria dúvidas de atribuir a esfera pública a essa ou aquela. Eu acho que ela, hoje, pode ser compartimentada em diferentes funções, que podem ser compartilhadas. Finalmente, teria a dizer que para o procedimento desses critérios é imprescindível a ação estatal para se garantir, por exemplo, a equidade ou o controle democrático. Ela é necessária, mas não suficiente.

Colocadas essas questões mais gerais, queria falar um pouco sobre o Brasil. Eu acho que o Brasil está vivendo mais dramaticamente essa relação Estado-Sociedade por um conjunto de crises, algumas tendo a ver com questões internacionais, outras são particularidades nossas. Uma, evidentemente, é a crise do próprio sistema autoritário, com todo o processo de democratização e a complexificação da estrutura política e de distribuição do poder político no recente processo de democratização. Uma outra crise é o próprio esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Há uma outra crise, e uma crise geral, que está sendo dada pela globalização da economia e a necessidade de se definir qual é o lugar dos Estados-Nação nesse processo de globalização. A outra crise nossa particular tem a ver com o

processo de exclusão gerado pelo desenvolvimento, que se expressa como uma crise cotidiana da violência. É uma crise de governabilidade, que tem a ver com o sistema de participação e de representação. Então, nesse conjunto de problemas que estamos vivendo ao mesmo tempo, está-se redefinindo o desenho institucional da relação Estado-sociedade. Terminaria dizendo que o que se observa como tendência, a nível internacional, é um fenômeno de deslocamento entre a esfera do econômico e a do político. No momento em que os Estados-Nação, que são esferas do poder político, já não correspondem mais ao domínio do econômico, então, há uma defasagem entre essa esfera do poder político e da economia. O modelo de desenvolvimento que está se adotando tem accentuado flagorosamente a exclusão. Então, seriam esses dois fenômenos. Não é por acaso que o Primeiro de Maio foi comemorado, no mundo inteiro, com manifestações contra o desemprego. No mundo desenvolvido. Eu queria chamar a atenção para o seguinte: esses dois fenômenos são muito conhecidos nossos, da América Latina. Eu tentei escrever sobre isso na minha tese, essa particularidade da forma Estado na América Latina, ela me faz lembrar a propaganda da Orloff - "eu sou você amanhã". De certa forma, os capitalismo dependentes, pela sua rudeza, puderam apontar problemas estruturais do capitalismo que não se manifestaram nas sociedades desenvolvidas, até agora, e que estão-se manifestando. A exclusão, o desenvolvimento com exclusão é um fenômeno da natureza da nossa estruturação da relação Estado-sociedade, assim como a dificuldade de constituir mediações viáveis, seja em termos da representação política. O que eu me pergunto é, já que nós temos tanta experiência, qual será a contribuição que temos para solucionar os problemas. Obrigada.

OBSERVAÇÃO: Em seguida à exposição dos conferencistas, os temas foram debatidos entre os expositores e a platéia. Dado que o tempo para os debates superou 1h30min, neste Caderno somente foram transcritas as idéias dos conferencistas. Caso haja interessados nos debates, dispomos de suas transcrições, porém sem terem sofrido qualquer tipo de edição, o que aconteceu com os depoimentos dos palestrantes.

Conheça o novo curso de pós-graduação *lato sensu* da
Escola Brasileira de Administração Pública — EBAP
da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

MARKETING ESTRATÉGICO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE

EBAP/AME

PÚBLICO-ALVO

Altos executivos de empresas, empresários, profissionais de nível superior que queiram especializar-se em *marketing* e novos especialistas que precisam aprimorar-se neste campo de atuação.

ESTRUTURA DO PROGRAMA:

- Introdução ao *marketing* (40h)
- Macroambiência e inferências mercadológicas (56h)
- Técnicas de segmentação mercadológica e definição de público-alvo (24h)
- Gestão das políticas de produto (20h)
- Gestão das políticas de preço (52h)
- Gestão das políticas de distribuição e vendas (44h)
- Gestão da política de comunicação (40h)
- *Workshops* de *marketing* (84h)

Este programa também poderá ser realizado *IN COMPANY*

PROCURE-NOS:

(021)

536-9137
536-9182
536-9183

(021)



551-4349
536-9132

Conheça o novo curso de pós-graduação *lato sensu* da
Escola Brasileira de Administração Pública — EBAP
da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

MARKETING ESTRATÉGICO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE

EBAP/AME

PÚBLICO-ALVO

Altos executivos de empresas, empresários, profissionais de nível superior que queiram especializar-se em *marketing* e novos especialistas que precisam aprimorar-se neste campo de atuação.

ESTRUTURA DO PROGRAMA:

- Introdução ao *marketing* (40h)
- Macroambiência e inferências mercadológicas (56h)
- Técnicas de segmentação mercadológica e definição de público-alvo (24h)
- Gestão das políticas de produto (20h)
- Gestão das políticas de preço (52h)
- Gestão das políticas de distribuição e vendas (44h)
- Gestão da política de comunicação (40h)
- *Workshops* de *marketing* (84h)

Este programa também poderá ser realizado *IN COMPANY*

PROCURE-NOS:

(021) 536-9137
536-9182
536-9183

(021)  551-4349
536-9132

CONHEÇA MAIS UM NOVO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADVANCED MANAGERIAL EXCELLENCE — EBAP/AME

Dimensões	Disciplinas
I. Conjuntural	Conjuntura Econômica Conjuntura Político-Social
II. Gerencial Estratégica	Dinâmica das Organizações Planejamento e Estratégia Empresarial Gestão Contábil-Financeira Gestão pela Qualidade Total Negociação Gestão de Recursos Humanos Marketing Estratégico Palestras sobre Tópicos de Gestão Contemporânea
III. Informação e Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Gerência Estratégica dos Recursos de Informática Redes/Intranet Bancos de Dados
IV. Prática das Tecnologias da Informação	Aplicações de Tecnologias da Informação Internet Gerência de Sistemas

Opcional

Aplicativos integrados do Windows (*Word, Excel, Access, Powerpoint*)

PÚBLICO ALVO

Profissionais de diferentes áreas de especialização, dos setores público e privado, que ocupem ou desejem ocupar cargos gerenciais, criar e expandir seus negócios.

Profissionais da área de informática que prestem assessoramento às gerências.

Período de inscrição: **janeiro e fevereiro de 1997**

Início do curso: **março de 1997**

Carga horária: **400h/aula**

E-mail: **fbavma@fgvrj.br**

Procure-nos

T e l . : (021)

536-9182

536-9137

536-9183

536-9119

F a x : (021)

551-4349

536-9132

Este programa também poderá ser realizado IN COMPANY

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO À BIBLIOTECA
NA ÚLTIMA DATA MARCADA

[illegible]

N.Cham. P/EBAP CE 83

Título: Relação sociedade-estado no contexto brasileiro.



FGV - BMHS

084684

48666

N° Pat.:F49/98

000084684

